



XVI SEUR

A cidade como instrumento de preservação da memória: estudos de caso Reforma Pereira Passos e Projeto Corredor Cultural

Juliana de Carvalho Lisboa, Escola da Cidade, clisboa.juliana@gmail.com

RESUMO

A cidade do Rio de Janeiro passou por várias reformas urbanas. No decorrer do tempo, estas alterações, muitas vezes, apagaram parte da história. Entretanto, será possível que, apesar das mudanças, o ideário de diferentes épocas se manteve na memória da cidade? Ou estas transformações apagaram não apenas bens materiais, mas também os imateriais? Esta pesquisa pretende analisar, a partir do estudo da Reforma Pereira Passos e do Projeto corredor Cultural, as consequências que reestruturações urbanísticas causaram na memória deste lugar. Com a intenção de dissecar estas transformações, o presente trabalho traz a proposta de um olhar mais atento à história das cidades para que não seja cometido o erro de buscar uma modernização apagando o passado ao invés de valorizar o passado para, então, buscar uma modernização. Desta forma, sendo criada uma dinâmica muito mais rica, onde passado, presente e futuro sejam apreciados como uma unidade.

Palavras-chave: Memória. Alterações urbanísticas. Desenvolvimento. Preservação.

1 Introdução

O Rio de Janeiro é um território que engloba vários territórios, são camadas diferentes da história, que muitas vezes são ignoradas, mas que ainda assim tornam esta cidade muito rica. São narrativas contadas pela própria paisagem do local e suas constantes mudanças, que trazem uma multiplicidade de culturas, estilos e histórias que passaram por este território.

A constante alteração na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro serve como um exemplo de cidades que, muitas vezes, ao buscar uma modernização, sacrificaram partes



de sua história e aquilo que restou, muitas vezes, é ignorado. É muito importante estudar estes casos, pois o mesmo continua se repetindo.

A cidade que leva o título de “Cidade Maravilhosa” é a terra do samba, das praias, da beleza natural, mas também é a terra da arquitetura, do urbanismo, da história do Brasil. É o território onde a realeza se instalou, onde a república foi instaurada, e ao mesmo tempo onde a população foi e continua sendo excluída. Já foi capital, presenciou revoltas, foi palco de manifestações. É zona sul e zona oeste, mas também centro e zona norte. Cidade do rico, da classe média, e até onde permitem, do pobre. É um local de riquezas imensuráveis, mas que até hoje não aprendeu completamente a cuidar de seu patrimônio, como muitas outras cidades pelo país e pelo mundo afora.

A partir da perspectiva e análise de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores como O'Donnell (2008), De Paoli (2013) e Azevedo (2018), relacionados às grandes reformas realizadas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX; e também trazendo a experiência do Projeto Corredor Cultural, que propôs novas ideias de preservação em âmbito urbano, na zona central da cidade, através de autores como Irias (2007), Macedo (2004) e Lima (2007); a presente pesquisa tem o objetivo de apontar e, se possível, conscientizar sobre o valor das nossas cidades e sobre o porquê devemos preservá-las, não as congelando no passado, mas buscando respeitá-lo para avançar em um desenvolvimento consciente, assim, mostrando seu papel na preservação da memória.

2 Metodologia

A atual pesquisa se deu de forma exploratória, se dividindo em duas fases. Primeiro foram realizadas análises in loco do sítio estudado, tanto como transeunte rotineira no local quanto com olhar acadêmico, buscando o reconhecimento dos diversos períodos da arquitetura ainda presentes na área central do Rio de Janeiro. Segundo, foram feitas pesquisas bibliográficas, através de fontes secundárias, onde se estudou dois períodos nos quais esta área passou por alterações urbanísticas. Ao analisar estes períodos foi possível realizar um recorte para que este trabalho se aprofundasse em duas reformas específicas ocorridas na área central da cidade do Rio de Janeiro.

Deste modo, foi estipulado um estudo de caso que contempla a Reforma Pereira Passos, momento em que foi aberta a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco; e o Projeto Corredor Cultural, que propôs ao mesmo tempo, alterações e a preservação de áreas centrais da cidade. Ao final desta pesquisa foi possível chegar a um resultado qualitativo de como as

alterações urbanas realizadas podem buscar a preservação da memória destes lugares ou a destruição da mesma.

3 Desenvolvimento

Segundo Azevedo (2018, p. 106), na virada do século XIX para o século XX, a cidade do Rio de Janeiro era vista como uma grande metrópole, desta forma foi atribuído um grande valor simbólico à “urbe carioca”. Devido ao fato da cidade ser considerada um espaço onde poderia ser modelada a ideia de progresso no país, foi que ocorreu, neste período, o Congresso Nacional de Engenharia e Indústria. Este evento teve como pautas principais o saneamento e o embelezamento do Rio de Janeiro, mesmas premissas que seriam usadas para a realização das reformas ocorridas durante o governo de Pereira Passos.

O mandato do engenheiro Francisco Pereira Passos como prefeito da então capital do Brasil ocorreu durante os anos de 1902 a 1906. Conforme De Paoli (2013, p.24), neste período a cidade do Rio de Janeiro passou por algumas “[...]‘reformas’, no plural, e não ‘reforma’, no singular”, pois as obras foram realizadas por setores distintos do governo, sendo a esfera Federal responsável pela remodelação do porto e criação de uma ligação deste à área central da cidade, através de uma grande avenida, que ficou conhecida como Avenida Central, a atual Rio Branco. Enquanto foi deixado a cargo da prefeitura a realização de alterações, que faziam parte do Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, e consistiam na criação de novas ruas e alargamento de outras já existentes (Figura I e II).



Figura I: Rio de Janeiro, 1900.

Fonte: Imagine Rio, 2020



Figura II: Rio de Janeiro, 1903.

Fonte: Imagine Rio, 2020

Apesar de existir uma separação das responsabilidades entre estes dois âmbitos da esfera pública, havia um único objetivo, o de modernizar a cidade para transforma-la em um



exemplo de sociedade “civilizada”. Todas as alterações propostas visavam o tal “embelezamento” do Rio de Janeiro, sendo apoiadas por um discurso que tornava a cidade antiga um símbolo de atraso, enquanto a cidade nova representava o desenvolvimento. Estas ideias eram amplamente disseminadas pelo governo e pela imprensa, em periódicos da época. De Paoli (2013, p. 110), traz um ponto de vista que busca criar uma ruptura neste discurso ao investigar “o que de ‘velho’ permaneceu no ‘novo’, além de questionar a ideia de que o ‘velho’ fosse realmente velho”.

Segundo a mesma autora:

[...] as reformas urbanas empreendidas entre 1902 e 1906 foram justificadas por meio de um discurso baseado na construção de duas imagens nítidas e contrapostas. De um lado estava a cidade “velha”, com suas vielas estreitas, sujas e mal calçadas, ladeadas por construções decrépitas e insalubres. Essa “velha” cidade seria frequentada por populares maltrapilhos de hábitos “bárbaros”[...]. Àquela cidade “velha”, que se queria superar, era contraposta a imagem de uma cidade moderna, dotada de largas avenidas com um calçamento que utilizava as mais avançadas tecnologias. Estas avenidas deveriam conter uma arquitetura renovada, tanto do ponto de vista do repertório formal quanto da Higiene. (DE PAOLI, 2013, p. 53)

Entretanto, ao analisar as edificações que foram realmente destruídas, e aquelas que permaneceram na paisagem da cidade, sofrendo, em sua maioria, apenas algumas alterações; além de trazer à tona documentos que comprovaram não ser totalmente real a ideia de que naquele momento da história as edificações se encontravam sem reformas, desatualizadas ou em ruínas, De Paoli (2013) pôde racionalizar que este não passou, em grande parte, de apenas um discurso para ratificar as ideias de modernidade e desenvolvimento que pretendiam ser instauradas.

De fato, foi um momento em que a cidade passava por problemas de cunho sanitário, onde a situação em que a cidade se encontrava criava ambientes propícios à disseminação de doenças; dessa forma, algumas alterações seriam necessárias. Entretanto, o ponto focal deste estudo é a questão de se usar uma fala onde o passado deve ser apagado para que se dê lugar ao novo.

Ao pensar para além da questão arquitetônica e urbanística, entra também a questão cultural e antropológica. Apesar de existirem algumas divergências entre estudiosos sobre como se deu o afastamento da população mais pobre em relação à parte central da cidade, sendo esta colocada em uma situação periférica, é impossível negar o ocorrido. Dessa forma, foi criada uma ideia de que não apenas os bens materiais se encontravam em desacordo com a nova visão de cidade, mas também grande parte de sua população. Assim, a questão da educação era posta em voga de modo negativo, e também a cultura daquele povo.

Segundo O'Donnell (2008, p.20), o renomado jornalista do período, João Paulo Barreto, também conhecido como João do Rio, “documentava e refletia sobre a urbanização de sua cidade, atentando para as transformações que esse processo provocava nos habitantes” e se interessava pelos efeitos que as alterações, realizadas naquele momento, teriam na forma de interagir e nos costumes destes habitantes. Ainda de acordo com O'Donnell (2008), ao estudar por este ponto de vista, se alcança uma outra visão a partir das reformas; a de criadora de novas memórias, pois neste momento as ruas ganharam um maior protagonismo na cidade, surgindo uma nova cultura, a do espaço público como local de transformação da sociedade e de suas interações (Figura III).



Figura III: Avenida Central na terça-feira de Carnaval.

Fonte: Acervo BNDigital, s.d.

Conforme O'Donnell (2008), estas mudanças iam ao encontro das expectativas de uma elite que já estava familiarizada com os costumes e modos europeus, porém esta era uma pequena parcela da população carioca. Assim, a cidade se dividia em duas, a formal, composta pela população que se encaixava na nova ideia de cidade, e que tinha condições de arcar com este estilo de vida; e a informal, que englobava a maioria do povo, sendo cada vez mais afastados da área central.

As reformas realizadas neste período na cidade do Rio de Janeiro, não alteraram apenas a estrutura urbana e a arquitetura da cidade. De acordo com O'Donnell (2008), foram responsáveis por desenvolver novas dinâmicas de relações interpessoais e um novo modo de viver, enquanto se tentava suprimir aquele ligado ao que seus idealizadores consideravam uma cidade retrógrada.

Outro projeto válido de ser estudado como um exemplo de como as alterações urbanísticas influenciam na memória das cidades e do povo que ali habitam, é o Projeto Corredor Cultural. Esta iniciativa planejada e executada no final da década de 1970 e no

decorrer da década de 1980, delimitou zonas de proteção histórica no centro da cidade do Rio de Janeiro, e segundo Irias (2007), foi pioneiro na busca em promover a preservação e revitalização das áreas centrais da cidade.

A área de intervenção do projeto engloba parte da Lapa, a Cinelândia, Largo da Carioca, Largo do São Francisco e Saara. O “Corredor Cultural”, se preocupou em preservar o patrimônio histórico-cultural e renovar bens arquitetônicos e urbanísticos da área central do Rio de Janeiro. No momento do seu desenvolvimento foram criadas três subzonas para atuação: Praça XV, Saara e Lapa (Figura IV), conforme a APAC instituída pela Lei 1139, de 16 de dezembro de 1987 (Rio de Janeiro (RJ), 1987).



Figura IV: Subzonas Projeto Corredor Cultural

Fonte: Google Earth com alterações da autora, 2017

Conforme Macedo (2004), o projeto buscou em sua implementação seguir alguns pontos fundamentais, como a valorização da história e da memória local, a sua preservação e a busca pela participação comunitária. Ao conseguir atrair o olhar da própria comunidade para a causa da preservação, foi possível realizar seminários envolvendo associações comerciais e comunitárias, onde eram divulgadas e discutidas as ideias e propostas do projeto.

A partir deste projeto, de acordo com Irias (2007), as intervenções realizadas nas áreas centrais começaram a se basear em uma combinação aparentemente contraditória entre preservação e renovação. Dessa forma, se apresentando como “um projeto de preservação dinâmico, e até mesmo flexível, que tem como a base de sua proposta garantir a possibilidade de equilíbrio entre progresso e memória da cidade.” (MACEDO, 2004, p. 6)

Segundo Macedo (2004), neste período se pensava em preservação voltada para o monumento isolado, porém o Corredor Cultural apresentou uma nova visão, ao buscar a



preservação de conjuntos urbanísticos, os associando à revitalização de atividades recreativas e culturais, demonstrando assim, a importância que a ambiência possui para a restauração de um espaço urbano.

Ainda de acordo com Macedo (2004, p. 11), este projeto visava resgatar a identidade e o valor simbólico da área, além de preservar, restaurar e tratar importantes espaços históricos. Sendo assim, não pretendia “a ‘museificação’ dos espaços e das atividades”, mas, por outro lado, não permitiu “a renovação total dos espaços para a inserção de novas estruturas físicas e sociais.”

A implantação do projeto se deu no período de 1979 a 1984, ano em que foi aprovada a Lei municipal nº 506, de Preservação Paisagística e Ambiental da cidade do Rio de Janeiro, também chamada de Lei do Corredor Cultural, que posteriormente foi revisada e ampliada pela Lei nº 1139 de 16 de dezembro de 1987, segundo Lima (2007).

Através da Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984, foi criada a Zona Especial do Corredor Cultural (Rio de Janeiro(RJ), 1984). Esta Lei de Proteção privilegiou principalmente as fachadas e os telhados das construções históricas, deixando os interiores mais flexíveis para serem adaptados às necessidades contemporâneas, desde que respeitassem os vãos de iluminação internos e mantendo uma relação com as fachadas. Além de priorizar o uso cultural para as edificações e proibir a construção de edifícios garagem ou com predominância de pavimentos-garagem.

Na subzona da Lapa, por exemplo, com a recuperação dos antigos sobrados, os quais, em sua maioria, se tornaram locais de atividades culturais; a restauração de fachadas; o novo desenho da praça dos Arcos, a transformando em um espaço aberto para eventos culturais; o novo traçado viário proposto, que reordenou os fluxos; e entre outras ações de preservação e intervenções de restauração implantadas no bairro, a área pôde começar a reascender a sua efervescência cultural e voltar a ser considerado um reduto da vida noturna na cidade do Rio de Janeiro, dessa forma, permitindo que a memória daquele local permanecesse viva.

4 Conclusão

Através do estudo destas alterações realizadas no tecido urbano carioca, buscou-se apontar que as cidades não necessitam se manter estagnadas no tempo para que sua história e sua memória sejam mantidas. O desenvolvimento, o olhar para o futuro, sempre esteve na mentalidade humana, logo, a própria ideia de buscar uma modernização tem em si um



elemento histórico, e faz parte da memória da maioria dos povos. Ao mesmo tempo, propondo um desenvolvimento consciente é, inclusive, possível torna-lo um elemento de proteção dessa história.

O que este trabalho buscou trazer como questionamento foi o que pode ser feito para se alcançar o tão sonhado desenvolvimento, sem perder o rastro da importância que o passado tem e o papel que este desempenha na evolução das cidades. Após este estudo, foi possível chegar à conclusão de que, ao preservar a memória dos espaços de outrora, sem se manter “parado no tempo”, é possível criar cidades mais conscientes, desenvolvidas não apenas em seu traçado, mas também no âmbito sociocultural. Serão cidades onde a população aprenderá com o passado, para vislumbrar um futuro melhor, e não o apagando, correndo o risco de repetir erros que, estes sim, deveriam permanecer naqueles tempos.

5 Referências

AZEVEDO, A. N. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro:** Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2018. 308p.

DE PAOLI, P. S. **Entre relíquias e casas velhas:** a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Rio Book's, 2013. 340p.

IRIAS, F. D. **A renovação urbana da Lapa, Rio de Janeiro:** Um território de conflitos. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

O'DONNELL, J. **De olho na rua:** a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008. 202p.

MACEDO, M. A. M. **A concepção do projeto corredor cultural do Rio de Janeiro:** a participação de técnicos e intelectuais no processo de planejamento urbano. Seminário de História da Cidade e do urbanismo, v.8, n.4, p.1-15, 2004.

LIMA, E. F. W. **Corredor Cultural do Rio de Janeiro:** uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural. Revista Fórum Patrimônio. Belo Horizonte, v.1, n.1, 2007.



RIO DE JANEIRO (RJ). **Lei N. 506 de 17 de janeiro de 1984.** Rio de Janeiro, RJ: Câmara Municipal. Disponível em:

[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354360/4107414/centro_lei506_84_corredor_cultural.pdf]. Acesso em: 15 abr. 2017.

RIO DE JANEIRO (RJ). **Lei n.º 1139 de 16 de dezembro de 1987.** Rio de Janeiro, RJ: Câmara Municipal. Disponível em:

[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354360/4107417/centro_lei1139_87_corredor_cultural.pdf]. Acesso em: 15 abr. 2017.